

# ESTUDO TÉCNICO

N.º 11/2014

Principais resultados do Relatório Estado da Insegurança Alimentar no Mundo, publicado pela FAO – Roma em 16 de setembro de 2014.

MDS

SAGI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

## **Estudo Técnico**

Nº. 11/2014

Principais resultados do Relatório Estado da Insegurança Alimentar no Mundo, publicado pela FAO – Roma em 16 de setembro de 2014.

## **Equipe técnica**

Luciana Monteiro Vasconcelos Sardinha

Francisca de Araújo Lucena

Alexandro Pinto

Caio Nakashima

## **Revisão**

Paulo de Martino Jannuzzi

Estudos Técnicos SAGI é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na secretaria, que tratam de temas de interesse específico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

O principal público a que se destinam os Estudos são os técnicos e gestores das políticas e programas do MDS na esfera federal, estadual e municipal. Nesta perspectiva, são textos técnico-científicos aplicados com escopo e dimensão adequados à sua apropriação ao Ciclo de Políticas, caracterizando-se pela objetividade, foco específico e tempestividade de sua produção.

Futuramente, podem vir a se transformar em artigos para publicação: Cadernos de Estudos, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) ou outra revista técnica-científica, para alcançar públicos mais abrangentes.

**Palavras-chave:** *Indicador de sub-alimentação; segurança alimentar; FAO*

## **Unidade Responsável**

### **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 307

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 2030-1501 | Fax: 2030-1529

[www.mds.gov.br/saji](http://www.mds.gov.br/saji)

### **Secretário de Avaliação e Gestão da Informação**

Paulo de Martino Jannuzzi

### **Secretária Adjunta**

Paula Montagner

## APRESENTAÇÃO

Este Estudo Técnico tem o objetivo apresentar os principais resultados obtidos no Relatório “O estado da Insegurança Alimentar no Mundo”, publicado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em 2014, que avalia os progressos alcançados pelas nações na busca pela erradicação da pobreza e da fome extrema, bem como na orientação dos países na elaboração e aplicação de medidas efetivas na luta contra a insegurança alimentar e a má-nutrição. Entre outras informações apresentadas no relatório esta o indicador de subalimentação (PoU) “undernourishment” para todos os países. Em 2014 o relatório apresenta sete estudos de casos de países exitosos com resultados de análises mais aprofundadas relativos a governança na Segurança Alimentar e Nutricional e o Brasil foi um dos países escolhidos para apresentar sua história de sucesso neste campo de atuação.

### **1. A temática central do relatório e sua estrutura**

O Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo de 2014, publicado pela FAO, tem como tema central esse ano, a Governança. O relatório tem pouco mais de 50 páginas, organizados em 3 capítulos, além de um anexo técnico (tabela do Indicador de Prevalência de Subalimentação PoU).

O primeiro capítulo do relatório trata das tendências gerais da subalimentação no mundo; o segundo apresenta uma análise sucinta sobre a evolução de alguns indicadores da matriz FAO de Insegurança Alimentar; e o último capítulo expõe estudos de casos de países que se destacam por critérios específicos, que para esta publicação foi relativo à governança do país.

No primeiro capítulo, o destaque dado pela FAO é que 805 milhões de pessoas vivem em situação crônica de subalimentação no Mundo. No triênio 2012-2014, 209 milhões de pessoas a menos que em 1990-1992, e 100 milhões a menos que na última década. África subsaariana, China e Índia concentram mais de dois terços desse contingente de pessoas em subalimentação no mundo.

Subalimentação caiu de 23,4% para 13,5% entre 1990 e 2013 entre países em desenvolvimento, um ritmo de 0,5 pontos percentuais/ano. Os avanços mais expressivos nesta redução se deram na América Latina para este período. O que atualmente significa menos de 5% das pessoas subalimentadas no mundo.

O segundo capítulo sumariza que a experiência internacional na superação da fome depende de compromisso político prolongado na esfera mais alta no país (presidencial) e uma abordagem integrada de políticas e ações, como:

- Investimentos públicos e privados para aumentar a produtividade na agricultura;
- Melhor acesso a insumos como terra, serviços, tecnologias e mercados;
- Projetos de desenvolvimento rural;
- Proteção social aos mais vulneráveis, inclusive aumentando a resiliência em situações de desastres naturais e conflitos armados;
- Programas específicos de nutrição dirigidos a mães e crianças até 5 anos.

O relatório menciona as regiões no mundo dando destaque a América Latina – especialmente a América do Sul - que é citada como uma região que superou seu problema de produção de alimentos, tendo se estabelecido como região exportadora de commodities agrícolas para o mundo. O setor agrícola teria se transformado em um setor dinamizador da economia e da geração de empregos – diretos ou indiretos. Mas tal produção de alimentos e crescimento econômico não garantiu por si só o acesso aos alimentos por toda a população. A universalização do acesso aos alimentos teria sido viabilizada pela estruturação de sistemas de proteção social. Sem isso, os avanços com relação a segurança alimentar não teriam sido tão significativos.

O último capítulo do relatório apresenta os 7 estudos de caso que foram destacados por seus sistemas de governança em SAN, são eles: Brasil, Bolívia, Haiti, Indonésia, Madagascar, Malawi e Iêmem. Esses países foram selecionados por um conjunto de quatro critérios: conjunto de políticas, programas e marcos legais existentes na área de Segurança Alimentar; recursos humanos e financeiros alocados nessas políticas; existência de mecanismos de coordenação intersetorial, com outras esferas de governo e de participação social; nível de desenvolvimento e uso de dados, estatísticas e pesquisas para tomada de decisões nas políticas de Segurança Alimentar.

No caso do Brasil é mencionado que o país cumpriu a Meta do Objetivo do Milênio número 1 e também a meta do Programa Mundial de Alimentos de reduzir pela metade o número de pessoas em subalimentação. Comenta também a evolução de alguns indicadores ao longo das últimas décadas como por exemplo a desnutrição crônica, renda por quintil, pobreza monetária e o indicador de subalimentação da FAO - PoU.

Quanto ao indicador PoU o relatório mostrou que saiu de 10,7% em 1990 para menos de 5% em 2012-2014. Conclui que tal evolução foi resultado do compromisso político do presidente Lula já no seu primeiro dia de governo, com a criação do Fome Zero e todas os desdobramentos posteriores: programas de fomento á produção, institucionalização da Política de SAN, participação social pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea, Coordenação institucional pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan e Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan, Programa Bolsa Família e Brasil Sem Miséria.

A publicação possui um anexo com um sumário estatístico que apresenta os dados gerais do Indicador de Prevalência de Subalimentação. Ressalta-se que não são apresentados cifras relativas ou absolutas do indicador PoU para àqueles países com abaixo de 5%.

Por último, vale observar que para analisar a insegurança alimentar, a FAO se utiliza de uma matriz de 41 indicadores, disponíveis para download no site da instituição, referentes a quatro dimensões:

- 1) Disponibilidade de alimentos, compreendendo além da quantidade, a qualidade e diversidade de alimentos;
- 2) Acesso à alimentação, compreendendo a infraestrutura viária para transporte, preço de alimentos e acesso potencial pela disponibilidade;
- 3) Estabilidade da produção de alimentos, pela área plantada, comércio internacional, mecanismos para lidar com a volatilidade dos preços, estabilidade política, e
- 4) Utilização do alimentos, pela disponibilidade de acesso á agua, saneamento, estado nutricional de crianças.

Na próxima seção será descrito com maiores detalhes o Estudo de Caso Brasileiro que compôs o relatório SOFI de 2014.

### **O Brasil como estudo de caso**

O Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo de 2014, publicado pela FAO, revela que o Brasil reduziu de forma muito expressiva a fome, a desnutrição e subalimentação nos últimos anos. O Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada pela FAO há cinquenta anos para dimensionar e acompanhar a fome na esfera internacional, atingiu valores abaixo de 5%, considerado o limite estatístico da medida, abaixo do qual se considera que o país superou o problema da fome.

Tal resultado vem ao encontro do que diversos estudos na temática, com diferentes indicadores, vem apontando no Brasil, como o Relatório de Desenvolvimento Humano 2014, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, para citar alguns dos mais recentes. Segundo esses estudos, entre 2001 e 2012, a renda dos 20% mais pobres da população brasileira cresceu três vezes mais do que a renda dos 20% mais ricos. Em um horizonte mais amplo, de 1990 a 2012, a parcela da população em extrema pobreza passou de 25,5% para 3,5%. Em relação ao estado nutricional, a prevalência de déficit de altura em crianças menores de cinco anos de idade caiu praticamente à metade entre 1996 e 2006 - de 13,4% para 6,7% - enquanto o déficit de peso para a idade caiu de 4,2% para 1,8% no mesmo período. A aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, em 2004 e em 2009, revelou uma diminuição em 25% da insegurança alimentar grave no período.

Os avanços no combate à fome e pobreza decorrem, na análise apresentada no Relatório da FAO, da priorização da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir de 2003, com destaque ao lançamento do Programa Fome Zero, a institucionalização da política de SAN e a implementação, de forma articulada, de políticas de proteção social e de fomento à produção agrícola.

Ao longo da última década, a Política de SAN ganhou impulso no Brasil por meio do reforço de marcos legais, da criação de um ambiente institucional que facilitou a cooperação e a coordenação entre os ministérios e as diferentes esferas de governo, com responsabilidades definidas; de maiores investimentos em áreas como agricultura familiar; e do forte envolvimento da sociedade civil no processo político.

Um desses marcos foi à promulgação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006. Na lei define-se segurança alimentar e nutricional como "a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis". A amplitude dessa definição foi traduzida nas políticas e programas de governo que incluíram ações que vão desde práticas agrícolas sustentáveis à educação alimentar e nutricional, abordagem que

moldou Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) atualmente em vigor.

Outros marcos emblemáticos foram a incorporação na Constituição Federal, em 2010, do direito humano à alimentação adequada e, em 2011, a institucionalização do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O PLANSAN incorpora mais de 40 programas e ações. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é responsável por muitos desses programas, além de outros Ministérios, como Saúde, Desenvolvimento Agrário, Educação, Agricultura e Meio Ambiente.

Os Marcos Legais, a consolidação de arranjos institucionais por parte do Governo Federal e a promoção efetiva da participação social são importantes fontes de apoio às políticas exitosas de segurança alimentar e nutricional no país. Ressaltam-se, nesse sentido, os esforços empreendidos pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

O SISAN é composto por dois componentes na esfera nacional: o CONSEA e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), que é composta por representantes de 20 órgãos do governo responsáveis pela implementação de políticas e programas de segurança alimentar e nutricional. Atualmente, o governo está trabalhando para consolidar o SISAN nos estados e municípios, uma vez que a maioria dos programas federais de segurança alimentar e nutricional e de agricultura familiar são executados nestas esferas, seguindo uma abordagem descentralizada que já vigora em outros setores de políticas públicas brasileiras.

O CONSEA faz recomendações e monitora as políticas de segurança alimentar e nutricional, incluindo o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), promovendo, assim, a integração das ações em uma estratégia unificada. O CONSEA tem trabalhado junto ao Governo Federal para implementar o sistema nacional de informação da segurança alimentar e nutricional, com mais de 50 indicadores divididos entre seis dimensões: (i) produção de alimentos; (ii) disponibilidade de alimentos; (iii) renda/acesso e despesas com alimentação; (iv) acesso à alimentação adequada; (v) saúde e acesso a serviços relacionados; e (vi) educação. Esse sistema converge com o consenso internacional sobre a necessidade de se obter um conjunto de indicadores para monitorar a complexidade da segurança alimentar e nutricional nos países.

A CAISAN é o mecanismo interministerial para a coordenação e gestão governamental da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Esse arranjo institucional da esfera Federal é replicado nos estados e municípios.

Os gastos federais em 2013 com programas e ações de segurança alimentar e nutricional no Brasil totalizaram cerca de US\$ 35 bilhões. Os gastos com programas sociais aumentaram mais de 128% no período compreendido entre 2000 e 2012, enquanto a parcela desses programas no Produto Interno Bruto aumentou 31%. Em 2013, os programas relacionados à proteção social representaram a maior parte dos recursos federais dispendidas na segurança alimentar e nutricional, enquanto os programas relacionados com a produção e distribuição de alimentos, inclusive os destinados à promoção da agricultura familiar, foram responsáveis por um sexto destes dispêndios.

O programa de transferência condicionada de renda – Bolsa Família, lançado em 2003, realiza transferências monetárias mensais, preferencialmente em nome da mãe, para mais de 13,8 milhões de famílias de baixa renda, sob a condição de que as crianças da família permaneçam na escola e visitem periodicamente os serviços de saúde locais para acompanhamento do crescimento e vacinação. O investimento no programa triplicou nos últimos dez anos, chegando a quase US\$ 11 bilhões em 2013 e, o que equivale aproximadamente a um terço dos gastos federais em programas e ações de segurança alimentar e nutricional.

Em 2011, foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria, com a meta de eliminar a extrema pobreza no Brasil. Aplicou-se uma abordagem que articulou a proteção social com as políticas de promoção da igualdade de renda, do emprego, da produção familiar e da nutrição. Com isso foi introduzido novas políticas destinadas a pessoas extremamente pobres, que incluíram a melhoria do acesso aos serviços públicos, a fim de promover a educação, a saúde e o emprego. As medidas incluem aumento no valor dos benefícios do Programa Bolsa Família e expansão do acesso a creches e pré-escolas. Este conjunto de medidas apontou para melhora do acesso a alimentação mais nutritiva e de qualidade. Em março de 2013, todas as famílias em situação de extrema pobreza passaram a receber os benefícios que garantem um mínimo de renda per capita de cerca de US\$ 1,25 por dia. Cerca de 22 milhões de brasileiros foram retirados da categoria de extrema pobreza desde o ano de 2011.

A implementação de políticas estruturantes como o fortalecimento da agricultura familiar, em paralelo com os programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, tem sido uma abordagem exitosa na diminuição da fome no Brasil. Enquanto



agroindústrias e grandes propriedades rurais dominam a produção agrícola voltada para a exportação no Brasil, a agricultura familiar está crescendo e, atualmente, é responsável por 70% dos alimentos consumidos internamente no país. Os investimentos em políticas para apoiar os agricultores familiares somaram US\$ 5,6 bilhões em 2013; o orçamento do programa de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar aumentou dez vezes entre 2003-2013.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, lançado em 2003, também tem contribuído para queda da pobreza e superação da fome no país, sobretudo na área rural, ao garantir mercado para produção de agricultores familiares, um dos grupos vulneráveis no país. O programa se operacionaliza pela compra direta de alimentos dos agricultores familiares pelo governo, que faz doação às instituições que atendem populações vulneráveis, para uso na merenda escolar ou para repor os estoques governamentais. Em 2012, mais de 185.000 agricultores de todo o Brasil participaram do programa, cada um recebendo, em média, 4 mil reais por seus produtos. Recursos federais para o Programa aumentaram em quase dez vezes desde 2003, sendo superior a US\$ 600 milhões em 2013.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar também tem tido impacto significativo na redução da desnutrição de crianças no Brasil. O Programa oferece refeições para todos os alunos de escolas públicas, que em 2012 somou 43 milhões de estudantes regularmente matriculados. O investimento federal no Programa de Alimentação Escolar foi de US\$ 1,5 bilhão em 2012, complementado pelo financiamento feito pelos governos estaduais e municipais. Em 2009, o programa avançou ao obrigar as escolas públicas a destinar pelo menos 30% dos recursos repassados pelo governo federal para a compra de alimentos diretamente de agricultores familiares.

Outras políticas, como seguros contra a perda de safra por conta de eventos climáticos extremos, a garantia de preços mínimos, o apoio específico às mulheres rurais, o desenvolvimento rural e a assistência técnica têm como objetivo aumentar a produtividade e os rendimentos e, ao mesmo tempo, responder às necessidades específicas das diferentes regiões do Brasil. Ao longo dos últimos dez anos, o acesso à terra foi reforçado mediante a distribuição de 50 milhões de hectares a mais de 600.000 famílias pobres sem terra. Os programas que compõem o Plano Brasil Sem Miséria reforçam esse apoio, fornecendo aos agricultores familiares serviços de extensão rural para implementar projetos e melhorar seus meios de subsistência, por meio de Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Informações que constam no presente relatório evidenciam os progressos significativos alcançados nos últimos dez anos no Brasil, bem como os desafios para a próxima década. Algumas agendas emergentes e críticas incluem: grupos da população que permanecem em situação de insegurança alimentar grave; concentração da propriedade da terra; necessidade de melhorar o equilíbrio entre os modelos de produção agrícola, com base na perspectiva da segurança alimentar e nutricional; política de abastecimento alimentar; acesso à água; e promoção de alimentação saudável.

O Brasil realizou grandes avanços na governança da segurança alimentar e nutricional ao longo da última década. Avanços significativos na diminuição da pobreza e da fome demonstram o êxito dessa abordagem intersectorial, participativa e bem coordenada. O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, desenvolvido com a participação da sociedade civil, está vinculado ao orçamento federal e a um sistema bem estruturado de monitoramento da segurança alimentar e nutricional. O Plano Brasil Sem Miséria, fundamentado em todos esses pontos, visa alcançar populações vulneráveis e investe na primeira infância – ações prioritárias que vislumbram o futuro.

As estruturas e capacidades que resultam da evolução e institucionalização da governança da segurança alimentar e nutricional e o contínuo compromisso político e orçamentário colocam o Brasil em uma base sólida para proteger os avanços alcançados e para enfrentar os novos desafios.

## **2. Indicador de Subalimentação - PoU**

O indicador de subalimentação (PoU), publicado anualmente pela FAO, apresenta estimativa da população em situação de subalimentação, ou seja, a prevalência de pessoas que não conseguem dispor potencialmente da quantidade de calorias necessárias para sobrevivência humana. Esse indicador capta situação crônica de falta de alimento e não situações pontuais e/ou atuais. Ressalta-se que o modelo de estimação usado, é pouco sensível a intervenções em curto prazo.

O indicador PoU não é resultado de pesquisa empírica sobre aquisição, consumo de alimentos ou percepção de insegurança alimentar junto aos domicílios. Ele mede a disponibilidade de alimentos, e não o acesso ou consumo do alimento ou qualidade/balanceamento da dieta em termos de nutrientes.

Os países são classificados no relatório de acordo com a prevalência de subalimentação em:

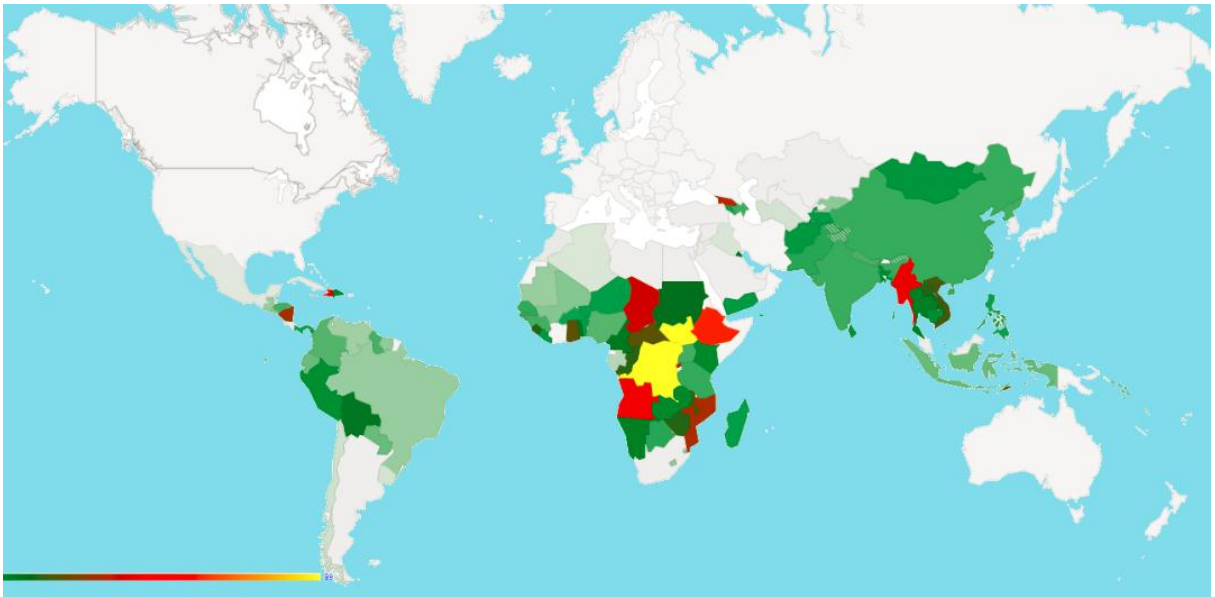
Muito baixa Subalimentação:	< 5%
Moderadamente baixa:	≥ 5% até 14,9%
Moderadamente alta:	≥ 15% até 24,9%
Alta:	≥ 25% até 34,9%
Muito Alta:	≥ 35%

Dados do relatório 2014 mostram que, com base no indicador, o Brasil saiu da lista constante do mapa da fome publicado pela FAO . Países com resultado do indicador abaixo de 5% não são mais listados na publicação anual da FAO. Pela análise do relatório, este resultado foi possível devido ao grande investimento do governo brasileiro em transferência de renda, aumento real do salário mínimo, alimentação escolar, fortalecimento da agricultura familiar por meio de crédito, seguro, assistência técnica e extensão rural além de acesso ao mercado das compras públicas da agricultura familiar, entre tantas outras ações setoriais (Figuras 1 e 2).

Com estes resultados o Brasil se equipara a países desenvolvidos, tais como: Estados Unidos, Canadá, Europa Ocidental. E na América Latina com alguns países como o Chile, Argentina, Venezuela e México.

O Brasil em 1990-92 apresentava 14,4% de sua população em situação de subalimentação segundo o indicador PoU decrescendo em 2011-13 para 1,7% da população (Figura 3). Em quantidade absoluta no mesmo período o decréscimo foi de 22,5 milhões para 3,4 milhões de brasileiros, uma queda expressiva de 84,7%. (Figura 4)

**Figura 1: Mapa Mundi da Subalimentação em 1990**



**Figura 2: Mapa Mundi da Subalimentação em 2014**

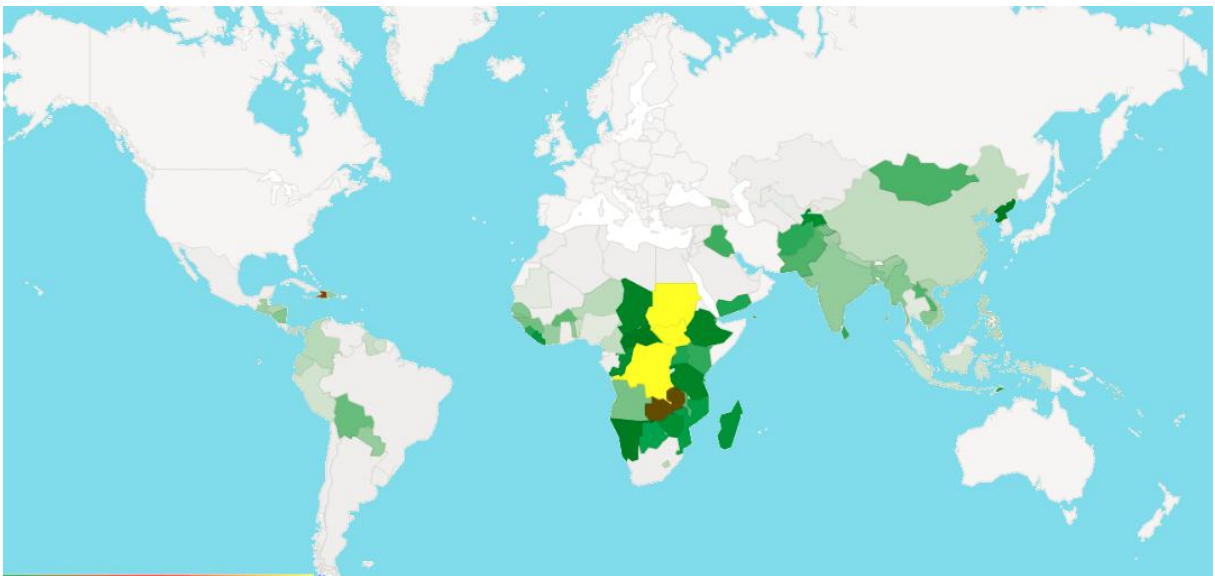
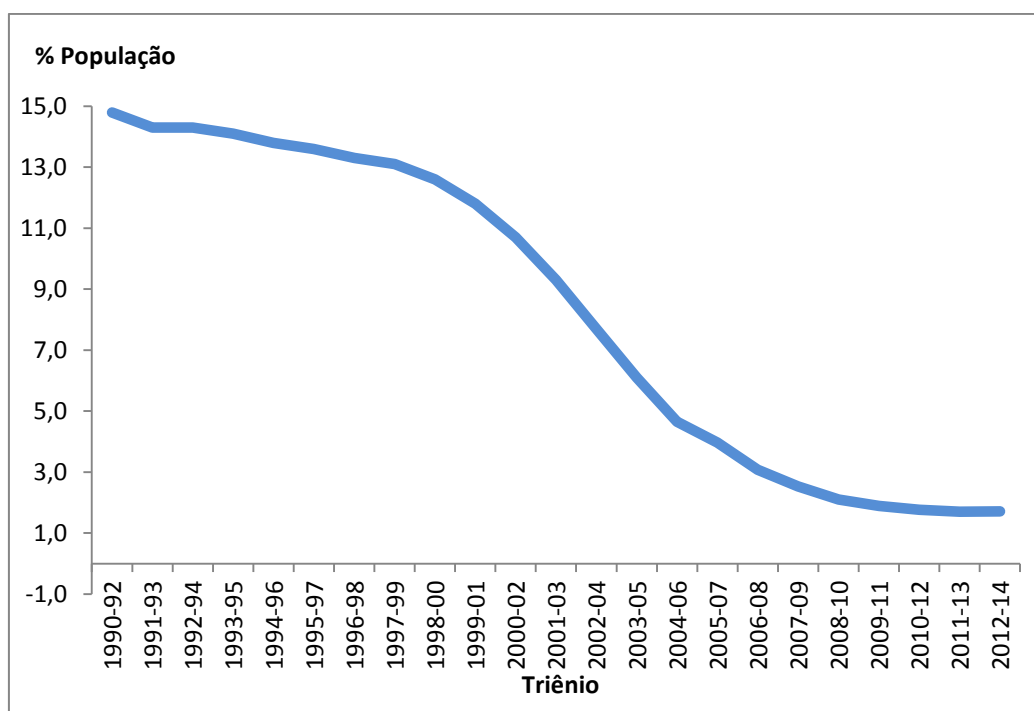
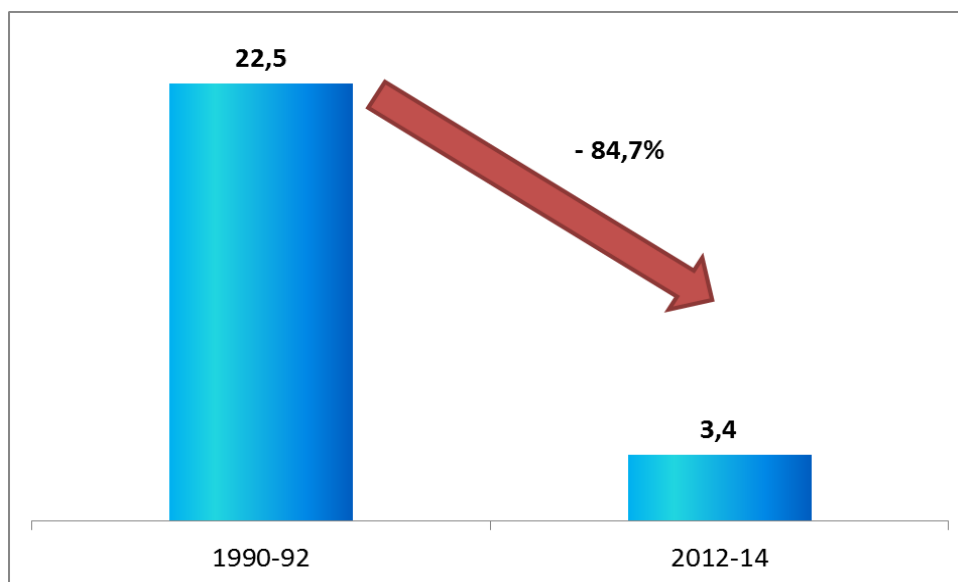


Figura 3: Estimativa do percentual da população em situação de subalimentação. Brasil, 1990-2013.



Fonte: FAO,2014.

Figura 4: Evolução do número de pessoas em situação de subalimentação. Brasil, 1990-2014 (em milhões).

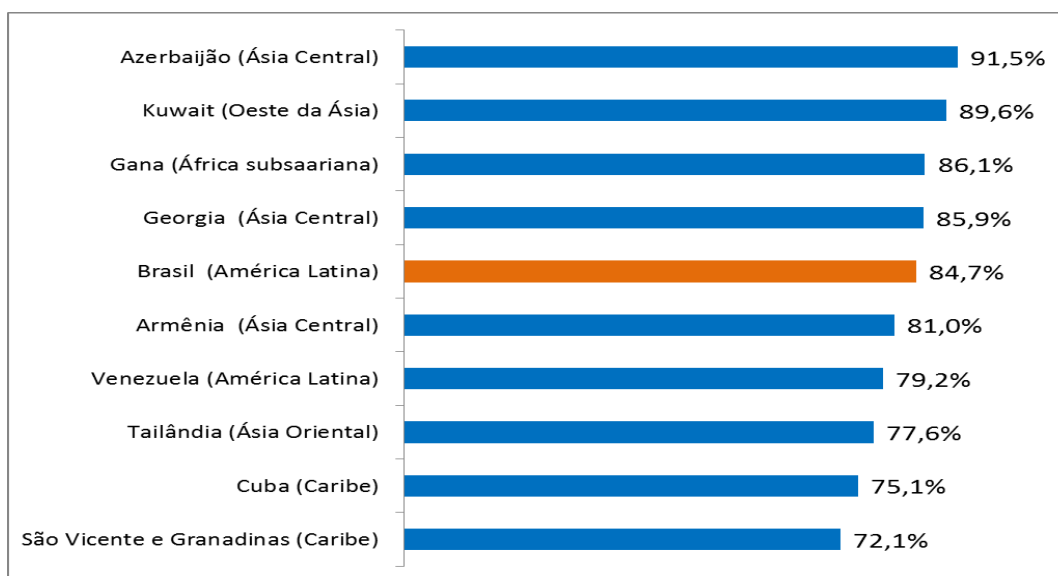


Fonte: FAO,2014.

Cerca de 120 países são acompanhados anualmente pela FAO segundo o indicador de subalimentação PoU. E para o período compreendido entre 1990 e 2014 a redução positiva

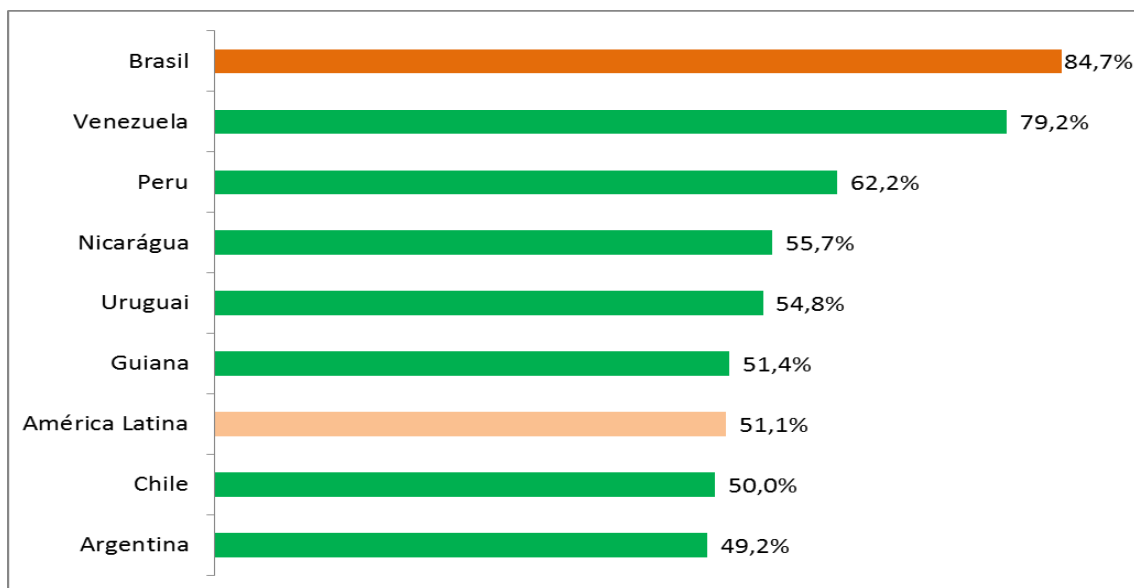
que o Brasil passou foi a quinta maior entre os países monitorados (Figura 5). E para os países da América Latina o Brasil apresentou a maior redução no número de pessoas em situação de subalimentação (Figura 6).

Figura 5: **Redução de países monitorados pela FAO com indicador de subalimentação entre 1990-2014.**



Fonte: FAO,2014.

Figura 6: **Redução de países monitorados pela FAO na América Latina com indicador de subalimentação entre 1990-2014.**



Fonte: FAO,2014.

## **Referências bibliográficas**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, Rio de Janeiro, v. 25, p.1-120, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios 2008: síntese dos indicadores**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios. Segurança Alimentar 2004-2009**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de Orçamento Familiar – POF 2008-2009. Despesas, rendimentos e condições de vida**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de Orçamento Familiar - POF 2002-2003. Aquisição alimentar domiciliar per capita: Brasil e Grandes Regiões**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília, DF: CAISAN, 2011. 132 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro: 2013**. Brasília, DF, 57 p.